

cada vez mais transparência e confiabilidade nesta Assembleia, de modo que todas as leis que forem formuladas nesta Casa sigam o procedimento correto, e assim a representatividade popular encontre respaldo, isto posto, nobre presidente, formulo a presente questão de ordem, com o fito de receber de V. Exa. manifestação sobre se é legítimo ou não ocorrer a sessão extraordinária posterior à sessão extraordinária, sem que tenha havido a Ordem do Dia na sessão ordinária de hoje.

Sala das sessões, cinco de outubro de 2020, deputado Douglas Garcia.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Recebo a questão de ordem de V. Exa. e responderei no momento oportuno.

Com a palavra o deputado Emidio.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha, também, pela TV Assembleia, quero falar primeiro da votação desse projeto, um projeto da importância do 529. Eu acho totalmente inconcebível que um projeto desse seja votado, primeiro nessa correria.

Primeiro, sem passar pelo rito legislativo comum, que prevê a análise pelas comissões. É bom para a democracia, é bom para o povo que a gente representa que um projeto dessa envergadura - qualquer projeto, mas especialmente um projeto dessa envergadura - seja minuciosamente apreciado.

Primeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Por que isso? Porque é ali que se faz a análise da constitucionalidade desse projeto. E nós não estamos tratando, aqui, deputado Castello Branco, de um projeto qualquer.

Nós não estamos tratando de um simples projeto autoriza-tivo para o governo fazer uma ação de governo, criar um pro-grama; nós estamos tratando, aqui, de extinção de empresas, de extinção de órgãos fundamentais para o desenvolvimento de São Paulo.

Nós estamos tratando, aqui, da possibilidade de demissão de quase seis mil servidores do estado de São Paulo. Enfim, nós estamos tratando de projetos que não estão extinguindo, também, órgãos quaisquer, nobre deputado Campos Machado. Nós estamos tratando da extinção de instituições como o Insti-tuto Florestal, como o Itesp, que tem um serviço prestado a esse Estado ao longo de décadas.

A preservação das florestas de São Paulo deve-se muito, ou o seu sofrimento, deve-se muito ao Instituto Florestal, ao trabalho do Instituto Florestal. Por que nós vamos, agora, sem uma discussão aprofundada, fazer isso?

Então, primeira coisa: eu acho que nós temos que lamentar muito, mas muito. E não pode passar despercebida, nobre depu-tado Dr. Jorge, a ideia de que esse projeto não foi discutido na Casa Legislativa.

Ele foi apresentado exatamente neste momento de pande-mia, em que o funcionamento da Casa já não é adequado. Já se corre risco; não estava tendo sessões presenciais. Apenas para votar esse projeto que o governador resolveu de última hora. E a Casa, a Mesa e a Presidência se curvam a esse interesse do governador João Doria.

Quer dizer, por que fazer isso num momento como esse? Por que não deixar que a Comissão de Constituição e Justiça averigue, examine se ali tem inconstitucionalidade ou não.

Por que não deixar que a Comissão de Administração Públi-ca, já que trata da extinção, fusão de órgãos; por que ela não se pronuncia? Por que a Comissão de Finanças e Orçamento não é chamada a falar num processo como esse? Já que ele trata do interesse...

A grande desculpa para, vamos dizer assim, o oferecimento desse projeto é exatamente a ideia de cobrir deficit, um suposto deficit orçamentário. Esse dito deficit orçamentário, nos gover-nos tucanos, para o PSDB, parece que é uma coisa sem fim; não adianta. Nos anos 90, quando eles assumiram o governo, já era assim, deputado Barba, deputada Bebel, deputado Maurici, já era assim.

Eles falavam: “é necessário cobrir o deficit, e para isso nós vamos ter que vender o Banespa, nós vamos ter que vender a Nossa Caixa, Nosso Banco, a antiga Caixa Econômica Estadual, nós vamos ter que nos desfazer da Eletropaulo, nós vamos ter que nos desfazer de outras participações que o governo tem”. E aí, foram se desfazendo. Quer dizer, o equilíbrio da conta não veio.

Aí, de novo, eles vêm com outra; e outra leva de empresas vai embora. Agora vêm com CDHU, com EMTU... Sabe, eu vou dizer uma coisa, viu, deputado Castello Branco: eu fui prefeito de Osasco, como V. Exa. bem sabe.

Um dos órgãos mais importantes que tem para a Região Metropolitana de São Paulo é exatamente a EMTU. Por quê? Porque ela trata das relações entre as cidades; claro, no aspecto do transporte coletivo, mas é nesse aspecto que é fundamental.

O Maurici foi prefeito, como eu, da nossa querida cidade de Franco da Rocha. E ele sabe a importância que isso tem. Com quem os prefeitos negociam, falam ou reivindicam na hora em que tem que tratar da ligação entre as cidades, da conveniência da linha tal, da alteração da linha tal para a linha tal, do gerenciamento desse sistema? Porque as prefeituras gerenciam as linhas municipais; as linhas intermunicipais são gerenciadas pela EMTU.

Como fazer? Eles vão extinguindo, como extinguíram pouco tempo atrás a Emplasa, que era outro órgão de plane-jamento metropolitano da maior importância. Ou seja, o Doria parece que não se contenta em esvaziar o potencial, vamos dizer assim, a capacidade de planejamento do Estado, a capaci-dade de interferência do Estado, tudo para ele...

Ora o Estado não pode ter companhia de energia elétrica, aí vende. Ora o Estado não pode ter banco, aí vende. Ora o Estado não pode ter o outro banco, aí vende também. Ora o Estado não pode produzir energia, aí vende a Cesp. O CPFL... Vai tudo embora, não fica nada. Ela não pode distribuir energia, aí vende a Eletropaulo.

E o mais incrível: vende para estatais de outros países, por-que, enquanto nós rífamos as nossas estatais... Não é por ser estatista ou não ser, mas assim, nós temos que nos comportar segundo o interesse público. Por que você acha que estatais chine-sas, estatais italianas estão comprando empresas que estão sendo privatizadas? Porque lá eles têm visão de Estado, têm visão de Nação, sabem aonde eles querem chegar.

Ao invés de privatizar as suas empresas nesses países, o que eles fazem é comprar empresas de países que desavisa-damente começam a privatizar tudo, achar que o Estado não tem que ter intervenção. Agora, depois de eles acharem que ia reduzir o tamanho do Estado, eles não se conformam.

Aí vai, agora entram esses órgãos, e o Estado vai abrindo mão da sua capacidade de intervenção, de planejamento; pla-nejamento e intervenção. Como é que o Estado, sem os órgãos que tem, intervem? Por que alguns países preservam órgãos fundamentais para eles?

O estado de São Paulo parece que a cada dia que passa vai abrindo mão de mais capacidade. Ora são os órgãos de plane-jamento, ora os órgãos de financiamento público. Eles falaram: “não, mas nós vamos criar o Desenvolve São Paulo, o Financia São Paulo”.

Nem de perto chega a ser o que a Caixa Econômica Estadua-l e o Banespa foram um tempo. Nem de perto. Eles substituem um banco por uma agência que não tem recurso orçamentário nem capacidade de arrecadação.

E agora pegam a EMTU, jogam numa secretaria qualquer, vão diluindo a capacidade. O Inkra, deputado Maurici, também passou por isso. O Inkra era uma instituição lá parte, foi coloca-da debaixo do colo do Ministério da Agricultura, que nem eles querem fazer em São Paulo. O resultado é um Inkra totalmente, vamos dizer, inerte frente ao trabalho que tem que se fazer.

Por que? Porque muitas vezes o trabalho do próprio Inkra se confronta com os interesses dos grandes produtores rurais.

Na discussão de demarcação de terras indígenas, na demarca-ção de terras improdutivas. Quer dizer, não cabe estar lá. São questões de natureza diferente, e às vezes conflituosas, conflit-antes. Por isso que não cabe estar lá.

E eu peço que agora é hora de a gente, esta Assembleia, dar um passo a mais. A sessão passada foi um passo impor-tante. A liderança do Governo, através do deputado Carlão Pignatari, que eu respeito muito, fez um trabalho de tentar arregimentar votos para conseguir essa maioria; todo mundo sabe. São necessários 48 votos. O governo não conseguiu nem para suspender a discussão, que eles pretendiam naquela hora.

Então, qual é o desafio que nós temos agora? O desafio que nós temos agora é fazer com que o governo não consiga esses 48 votos. É possível? Sim, é possível. A reunião passada mostrou que é viável derrotar o governo Doria nessa questão. E a derrota do governo Doria será histórica.

Eu quero apelar aos deputados que ainda, vamos dizer, não se decidiram: olha, não há emenda parlamentar, não há dinhei-ro que você possa indicar para qualquer coisa no estado de São Paulo que compense o prejuízo que se dará a São Paulo, de ter que carregar nas costas o carimbo de ter destruído a estrutura estatal na questão do planejamento urbano, da proteção de florestas, na questão da regularização fundiária que o Itesp faz, na questão dos outros institutos que estão sendo extintos neste momento também.

Quer dizer, é preciso que os deputados, nesta hora... Eu apelo ao bom senso, deputados. Tem hora em que fala: “ah, mas está dando emenda, está dando isso, está dando aquilo” .

Ora, gente, acho que tem hora em que a gente tem que pensar o seguinte: compensam 10, 20, 30 milhões em emendas para destinar para tal coisa, e depois o estado ser desmontado? Deixar a sua chancela no desmonte que eles estão fazendo?

Aqui não se trata de ser a favor de privatização ou da mão estatal mais forte. Eu acho que o Estado tem que ser eficiente. Para ser eficiente, ele precisa ter braços. Se cortar os braços dele, se amputar os braços dele, ele não vai conseguir. Daqui a pouco, eles vão rir o quê?

A Furp, gente, vocês não têm ideia... Ou eu tenho certeza de que têm - da importância que a Furp tem para as prefeituras. Eu fui testemunha disso, porque ela significa você ter a capacidade de dar para as prefeituras a capacidade de oferecer medicamento de baixo custo e concorrer com os laboratórios privados.

Ao fazer essa extinção da Furp também, eles pegam e nos deixam na mão dos laboratórios privados, que vão se cartelizar, vão formar cartéis para defender os interesses deles e botar o preço que quiserem. E as prefeituras vão ser obrigadas a isso. Então, quando você não tem um preço de referência, é isso que acontece.

Então, me parece que esse desmonte é extremamente noci-vo para o povo de São Paulo. Acho que está mais do que claro. Aqui tem gente de esquerda, de direita, de centro, que está se posicionando nesse sentido. As instituições que estão se posi-cionando não são só instituições de defesa do funcionalismo; tem instituições também patronais, também de organização da agricultura de São Paulo, do agronegócio de São Paulo, se posi-cionando, porque sabem do prejuízo que vai dar.

Então, não é um projeto que a gente deve olhar apenas e falar: “eu vou somar mais um voto aqui, mais outro voto ali” . É um problema de consciência com o povo paulista. Milhões de pessoas estão, neste momento, nas suas casas, e não estão nem acompanhando o que está acontecendo aqui; mas vão sofrer as consciências do que está acontecendo aqui.

Então, o meu apelo final é para que os deputados e depu-tadas não caiam no discurso fácil do governador de que é preci-so resolver um problema de caixa. Você não desmonta o Estado para resolver problema de caixa; você tem outras formas. E uma delas já foi dita aqui por vários que me antecederam, e várias.

Foi dito da questão, por exemplo, dos benefícios fiscais, da isenção fiscal que é concedida todo ano a São Paulo, às empre-sas de São Paulo, a algumas empresas, a alguns setores. Todo mundo sabe que é outra caixa preta, que não é revelada nunca. São Paulo não revela quais as empresas beneficiadas pela isen-ção fiscal; qual setor está beneficiado.

Eu sei dos setores que não estão beneficiados. Então, essa isenção seria uma forma de você melhorar essa questão, melhorar o desempenho fiscal de São Paulo. Todo mundo está sofrendo com a pandemia. Todo mundo está sofrendo; as con-tas de todos os governos, de todos os níveis, estão sofrendo com a pandemia.

Agora, quem é que está: “vamos vender o patrimônio que tem, o que nos resta”? O que vai sobrar - o Palácio dos Bandeir-antes, o Palácio Nove de Julho? Daqui a pouco, o Governo do Estado vai estar pagando aluguel, porque ele quer vender tudo; acho que até o Palácio dos Bandeirantes vai ter que ser vende-do. Daqui a pouco, vai a Praça da Sé? Daqui a pouco, vai o que mais, o que vai sobrar mais de São Paulo?

Então, o Estado mais forte do nosso País, o Estado eco-nomicamente mais importante, o Estado politicamente mais importante não pode passar por um processo de desmonte tão grande com a complacência e sem a discussão aprofundada que merece.

O SR. GINIL DINIZ - PSL - Questão de ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Já convido o deputado Danilo Balas para se postar à tribuna para discutir contra e dou uma questão de ordem ao deputado Gil Diniz.

O SR. GINIL DINIZ - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Presidente, minha questão de ordem é referente ao Art. 194. Já foi colocado do encerramento da presente sessão. O artigo fala justamente: “o encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores ou pelo decurso dos prazos regimentais. Parágrafo único: a discussão poderá ser encerrada por delibe-ração do plenário, a requerimento de um terço, pelo menos, dos membros da Assembleia, após seis horas de discussão, para as proposições em regime de urgência; nove, para as em regime de prioridade; e 12 horas para as de tramitação ordinária” .

Presidente, se encontra sobre a mesa um requerimento de encerramento da discussão. Trinta e dois parlamentares, no mínimo, aqui neste plenário, assinaram esse requerimento e lhe apresentaram, solicitando o encerramento da discussão, igualmente o líder do Governo apresentou na última sessão extraordinária.

A minha pergunta, a minha questão de ordem, presidente, é: quando será pautado esse nosso requerimento que tem as assinaturas regimentais e por que esse um peso e duas medidas quando se trata do líder do Governo e quando se trata de 32 deputados que têm a prerrogativa de apresentar esse requeri-mento de encerramento da discussão?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - No momento oportuno, responderei à questão de ordem de Vossa Excelência.

Passo a palavra ao deputado Danilo Balas, para falar pelo tempo... Deputado Danilo, eu vou pedir desculpas... Por um minuto... Peço desculpas a V. Exa., está faltando um minuto para o encerramento da sessão. Suspendo a sessão por 45 segundos, para que...

- Suspensa às 21 horas e 29 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 30 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Reaberta a ses-são, esgotado o tempo da presente sessão, lembrando aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que em 10 minutos iniciaremos a segunda sessão extraordinária.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.

5 DE OUTUBRO DE 2020 41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

Secretaria: CARLÃO PIGNATARI e MILTON LEITE FILHO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 529/20.

2 - TEONILIO BARBA LULA

Para questão de ordem, indaga se está pendente o requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20, cuja votação, na semana passada, não atingiu quórum.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Acolhe a questão de ordem, para respondê-la oportunamente.

4 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Discute o PL 529/20 (aparteado pelo deputado Carlos Giannazi).

5 - CAMPOS MACHADO

Solicita uma verificação de presença.

6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.

7 - TEONILIO BARBA LULA

Para questão de ordem, faz questionamento sobre a admissibilidade do PL 529/20, que considera inconstitucional.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Recebe a questão de ordem, para respondê-la oportunamente.

9 - ED THOMAS

Discute o PL 529/20.

10 - DOUGLAS GARCIA

Discute o PL 529/20.

11 - CORONEL TELHADA

Discute o PL 529/20 (aparteado pelo deputado Carlão Pignatari).

12 - MAJOR MECCA

Discute o PL 529/20.

13 - PAULO LULA FIORILO

Para questão de ordem, pede à Presidência que solicite aos deputados o uso de máscara.

14 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Pede aos parlamentares que permaneçam de máscara em plenário.

15 - PROFESSORA BEBEL LULA

Para questão de ordem, indaga se a tramitação do PL 529/20 não estaria ferindo o Regimento Interno desta Casa por, a seu ver, a propositura ser inconstitucional.

16 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Acolhe a questão de ordem, para respondê-la oportunamente.

17 - ARTHUR DO VAL

Discute o PL 529/20.

18 - CAIO FRANÇA

Para questão de ordem, cobra da Presidência resposta, ainda nesta sessão, a questões de ordem acerca do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20.

19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Afirma que responderá às questões de ordem em momento oportuno.

20 - ADRIANA BORG0

Discute o PL 529/20 (aparteada pelo deputado Coronel Telhada).

21 - CAMPOS MACHADO

Discute o PL 529/20 (aparteado pelo deputado Arthur do Val).

22 - TEONILIO BARBA LULA

Solicita verificação de presença.

23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Indefere o pedido, ante a evidência de quórum.

24 - RICARDO MELLÃO

Para questão de ordem, indaga a respeito de previsão do Regimento, segundo a qual a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento tem a atribuição de analisar proposições que alterem despesas ou receitas do Poder Público, o que não ocorreu em relação ao PL 529/20.

25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Acolhe a questão de ordem, para respondê-la oportunamente. Orienta os parlamentares quanto à apresentação de questões de ordem.

26 - LETICIA AGUIAR

Discute o PL 529/20.

27 - GIL DINIZ

Para reclamação, reitera indagações acerca do requerimento de encerramento da discussão do PL 529/20. Cobra resposta do presidente, ainda nesta sessão, a questões de ordem sobre o assunto.

28 - SARGENTO NERI

Discute o PL 529/20 (aparteado pelos deputados Campos Machado, Teonílio Barba Lula e Paulo Lula Fiorilo).

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Solicita aos deputadletícios que usem máscara no plenário.

30 - ITAMAR BORGES

Para questão de ordem, indaga se é regimental a apresentação de diversas questões de ordem sobre o mesmo tema e baseadas no mesmo artigo.

31 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Acolhe a questão de ordem, para respondê-la oportunamente.

32 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Discute o PL 529/20.

33 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir o Projeto de lei no 529, de 2020, deputado Danilo Balas. Tem a palavra V. Exa. para discutir contra o projeto.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pois não. Qual é a questão de ordem de V. Exa., deputado Barba?

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - É sobre a última sessão, da semana passada. Ficaram 47 votos, não tem voto suficiente para dar quórum. Não teve quórum.

Então, queria saber, presidente, como é que ficou aquele pedido de encerramento de votação do líder do Governo, deputado Carlão Pignatari, que, no meu entendimento, está pendente.

Eu não sei se se esse o mesmo entendimento de Vossa Exce-lência. Porque ali foi feito um requerimento. Então, eu quero

saber se aquele requerimento, após não atingir o quórum, na quarta-feira da semana passada, e entrando na madrugada da quinta-feira, se é ele que nós vamos ainda debater daqui a pouco ou se é outro requerimento.

Então, essa é a minha questão de ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vou responder no momento oportuno, deputado Teonílio Barba.

Passo a palavra, para discutir contra, ao deputado Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - SEM REVI-SÃO DO ORADOR - Senhoras e senhores, boa noite; senhores parlamentares, presidente, todos os servidores desta Casa e você, cidadão de casa, que nos acompanha, também, pelo You-Tube. Sou um deputado de primeiro mandato. Quando cheguei a esta Casa, logo no início, recebemos, de autoria do governa-dor do estado, o Projeto de lei no 01, de 2019.

Pois bem, da mesma forma como infelizmente o 529 está sendo colocado aqui para esta Casa de Leis, de forma a tratorar os trabalhos, para lembrar o Projeto de lei no 01, de 2019, que tratava da extinção, também, de algumas empresas. Lembro aqui a Codasp, a Dersa, a Emplasa, por exemplo, entre outras. Infelizmente, o governo tratorou, e essas empresas foram extin-tas, ocorreu a desestatização.

Retornando para o Projeto de lei no 529, hoje vou abordar duas empresas que o governador quer extinguir. A primeira delas é o Oncocentro, uma instituição que faz um excelente trabalho aqui no centro de São Paulo.

A Fundação Oncocentro foi fundada em 1974, tem 46 anos. A fundação tem apenas 87 funcionários, são 87 servidores dedi-cados a atuar no apoio àquelas pessoas que tiveram câncer de pescoço e cabeça.

O faturamento anual é de 3.800.000 reais; e o superavit por ano é de mais de meio milhão de reais. Então, senhoras e senhores, o governador disse que essa empresa, o Oncocentro, dá prejuízo; porém, analisando os valores, as tabelas de gastos e o dinheiro que entra no Oncocentro, verificamos que ela é superavitária em mais de meio milhão de reais.

O Oncocentro - a anterior, por gentileza - utiliza apenas 0,05% do Orçamento da Secretaria da Saúde. Então, senhores, nem 0,1% da Secretaria é repassado para o Oncocentro. Então, é uma mentira isso de que essa instituição dá prejuízo. Fiz a visita ao Oncocentro: “não deixa a Fosp fechar; a luta contra o câncer precisa de todos”. Pode passar à próxima. Só de exames de detecção do câncer, foram mais de 280 mil exames.

O Oncocentro também tem curso de técnicos em citologia, formação de 231 citotécnicos, e ocorreu a capacitação de 1.000 médicos e enfermeiros para a detecção precoce do câncer uteri-no e do câncer de mama.

Então, olha o trabalho que essa instituição faz para o povo de São Paulo, da Grande São Paulo e do interior. E infelizmente o governador quer acabar com o Oncocentro.

Olha lá, próximo. Aqui, são os servidores que atuam na instituição. Próximo: também, análise através de microscópios. Próximo: o trabalho de reabilitação de pacientes mutilados, confecção de próteses para pacientes com câncer na cabeça e pescoço.

E eles têm disfunções na fala, mastigação e deglutição, ou seja, funções básicas de sobrevivência de um cidadão. Desem-penho de funções básicas e retomada do convívio social.

Senhoras e senhores, temos também o apoio psicológico a esses pacientes. Imaginem aquele paciente que tem o globo ocular totalmente retirado por um câncer nos olhos, ou então no céu da boca.

Essa pessoa precisa de atendimento psicológico, e muitas vezes, até por vergonha, ela deixa o trabalho, ela para de fre-quentar algumas reuniões e festas, até de família. E o Oncocen-tro, esses profissionais conseguem trazer esses pacientes para o convívio social.

Aqui, nós temos alguns exemplos de próteses; percebam a perfeição. Prótese de olhos, de boca, céu da boca, orelha. Os olhos, para vocês terem uma ideia, caras deputados, são feitos à mão; cada íris, cada toque, ali, é feito paciente por paciente.

Os senhores que, alguns não sabem, não existe uma face...

A face da direita não é igual à da esquerda, e esse servidor do Oncocentro tem que trabalhar até a parte de bilateralidade, para que a pessoa não fique disforme.

Próximo. Este é um paciente, senhor Reginaldo, que autori-zou a veiculação dessa imagem, autorizou por escrito. Ele teve um câncer no céu da boca, perdeu metade da arcada dentária.

Ele é um dos pacientes atendidos na instituição Oncocen-tro. Pode passar. Foram mais de 5.400 consultas, 641 próteses. A estrutura: seis consultórios odontológicos, laboratório de próteses e também uma sala de raio-x.

Próximo: demais dados para a gente finalizar a parte do Oncocentro. As estatísticas sobre o câncer e a base estadual de dados hospitalares sobre o câncer são feitas pelo Oncocentro: 74 hospitais enviam dados à fundação, e esses registros passam de um milhão de tumores.

Então, há uma base de dados lá para estudos anteriores e futuros estudos com o câncer de pacientes aqui do estado de São Paulo. E também serve de residência aos profissionais da Faculdade de Medicina da USP.

Próximo. Esta é uma frase que os servidores utilizam: “Nós somos poucos, 87 funcionários, mas fazemos muito pelo nosso estado, pelos pacientes e pelo Brasil”. Por enquanto, eu...